ISSN: 2358-8829

ENTRE RAÇA E CLASSE SOCIAL: PROCESSOS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA EXCLUSÃO DE CRIANÇAS NEGRAS NA INFÂNCIA

Mikaelly Celina Fidelis dos Santos [1]

Leticia Caroline Silva Freire [2]

RESUMO

A infância, enquanto construção social e histórica, é atravessada por desigualdades estruturais que produzem distintas formas de vivência, especialmente quando consideradas as intersecções entre raça e classe social. Nesse contexto, crianças negras, situadas em condições de menor acesso a recursos econômicos e culturais, vivenciam processos de exclusão que transcendem a dimensão material, alcançando também dimensões simbólicas e subjetivas que incidem sobre suas experiências e processos de constituição. Este estudo tem como objetivo analisar como as intersecções entre raça e classe social se articulam na produção e reprodução dos processos de exclusão de crianças negras, compreendendo esses marcadores como dimensões estruturantes das desigualdades sociais. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, fundamentada em Minayo (2002) e Gil (2010), articulando-se às contribuições de Munanga (2009), ao compreender o racismo como fenômeno histórico, social e ideológico que estrutura práticas e relações sociais, e de Bourdieu (2003), ao discutir os mecanismos de reprodução das desigualdades a partir dos diferentes capitais e das disposições incorporadas pelos sujeitos. Os resultados indicam que os processos de exclusão de crianças negras se manifestam de forma articulada em diferentes esferas sociais, com destaque para desigualdades no acesso a recursos, nas interações sociais e nas experiências escolares. Nessas dimensões, práticas institucionais e sociais operam como mecanismos de produção e reprodução de hierarquias, contribuindo para a naturalização e a manutenção das desigualdades. Evidencia-se, assim, a articulação entre raça e classe social na conformação dessas desigualdades desde a infância. Conclui-se que a análise dessas intersecções é fundamental para a compreensão das dinâmicas estruturais que sustentam os processos de exclusão na infância, sendo imprescindível o desenvolvimento de práticas educativas e sociais orientadas pela equidade, pelo reconhecimento das diferenças e pelo enfrentamento das desigualdades.

Palavras-chave: Infância, Raça, Classe Social, Desigualdade, Exclusão.

1. INTRODUÇÃO

A infância, historicamente capturada por discursos essencialistas e daltônicos que a definem como uma etapa universal, homogênea e imune às fraturas do mundo

[1] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, mikaellycelina33@gmail.com;

[2] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, leticiafreire415@gmail.com .

ISSN: 2358-8829

político-econômico adulto, demanda uma urgente desconstrução sociológica. A infância, enquanto construção social, cultural e histórica, não se desenvolve em um vácuo neutro. Ao contrário, ela é atravessada e hierarquizada por desigualdades estruturais que produzem distintas, desiguais e violentas formas de vivência entre os sujeitos infantis. No cenário brasileiro, moldado pelas heranças persistentes do colonialismo escravocrata e pelas engrenagens do capitalismo periférico, essas fraturas tornam-se agudizadas quando consideradas as intersecções indissociáveis entre a raça e a classe social.

Nesse contexto macroestrutural, as crianças negras, majoritariamente situadas em condições de menor acesso a recursos econômicos, habitacionais, sanitários e culturais, vivenciam processos sistemáticos de exclusão institucionalizada. Essa violência, contudo, transcende a dimensão puramente material da escassez financeira ou do subdesenvolvimento infraestrutural. Ela atinge as dimensões simbólicas, psicossociais e subjetivas, incidindo de forma direta sobre as experiências lúdicas, o autoconceito, a autoeficácia, a saúde mental e os processos de constituição da identidade infantil. A opressão racial e a vulnerabilidade de classe social atuam em simbiose destrutiva, erguendo barreiras institucionais que rotulam, disciplinam, aprisionam e limitam as trajetórias biográficas das crianças desde os seus primeiros anos de vida.

Partindo dessa problemática complexa, intersecional e urgente, este estudo tem como objetivo geral analisar como as intersecções entre raça e classe social se articulam na produção e reprodução dos processos de exclusão de crianças negras, compreendendo esses marcadores sociais da diferença como dimensões estruturantes e indissociáveis das desigualdades sociais no Brasil. Justifica-se esta investigação pela premente necessidade de tensionar e desmistificar os discursos meritocráticos liberais que imperam no campo da Educação Básica, os quais culpam as próprias crianças negras e suas famílias pelo fracasso escolar, ignorando os bloqueios históricos impostos pelo racismo institucional. Desvelar esses mecanismos permite prover a escola de ferramentas teóricas para a edificação de práticas pedagógicas que superem a reprodução automática das opressões.

Para dar conta dessa densidade analítica, o trabalho organiza-se em seções complementares. Inicialmente, apresenta-se o referencial teórico que cruza a leitura do

ISSN: 2358-8829

racismo como fenômeno social e ideológico com a teoria bourdieusiana dos capitais e os arranjos contemporâneos da socialização plural. Na sequência, explicitam-se os procedimentos metodológicos qualitativos e o levantamento bibliográfico realizado. Por fim, apresentam-se os resultados da pesquisa por meio de um amplo e robustecido debate interpretativo apoiado em indicadores socioeconômicos nacionais e estudos do cotidiano escolar, culminando em considerações finais voltadas à transformação urgente da práxis pedagógica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O racismo como fenômeno histórico, social e ideológico estruturante

Para compreender a profundidade e a capilaridade com que a variável racial fratura o desenvolvimento infantil, é imperioso romper em definitivo com perspectivas psicologizantes ou reducionistas que enxergam o racismo como mero preconceito individual, injúria isolada ou desvio moral passível de correção pontual. Fundamentando-se nas contribuições teóricas de Munanga (2009), o racismo deve ser compreendido como um fenômeno eminentemente histórico, social e ideológico que estrutura as práticas, as instituições, as leis e as relações sociais mais íntimas. De acordo com Munanga (2009), o racismo opera como uma poderosa doutrina político-ideológica de dominação que, ao classificar os seres humanos a partir de traços fenotípicos falsamente associados a atributos morais, estéticos e intelectuais, legitima a exploração econômica e a exclusão social de grupos não-brancos.

Dialogando com essa perspectiva estrutural, Almeida (2019) adverte que o racismo é um elemento constituinte e indissociável das próprias relações econômicas e políticas que organizam a sociedade moderna. No universo da infância, essa matriz ideológica atua de forma precoce e violenta. Antes mesmo que a criança negra possua o domínio conceitual e linguístico sobre a macropolítica, ela é imersa em um banho de discursos, imagens, brinquedos e interações cotidianas que sutilmente a associam a lugares sociais de carência, feiura, agressividade ou menor capacidade intelectual. O racismo estrutural, portanto, governa de antemão os olhares que os adultos e as instituições lançam sobre a infância negra, moldando negativamente a sua autoimagem e delimitando as suas expectativas de futuro através de barreiras invisíveis.

ISSN: 2358-8829

2.2 Os mecanismos de reprodução social, a distribuição desigual de capitais e a socialização plural

A articulação íntima entre a opressão racial e a dimensão econômica da classe social ganha sustentação teórica nas formulações sociológicas de Pierre Bourdieu. Bourdieu (2003) discute exaustivamente os mecanismos de reprodução social, demonstrando que as desigualdades não se mantêm apenas pela força econômica explícita, mas fundamentalmente através da transmissão e herança desigual de diferentes capitais (econômico, cultural, social e simbólico) no interior da estrutura familiar. Essa distribuição desigual promove nos sujeitos a incorporação do habitus, conceituado como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que funciona como uma matriz prática de percepções, apreciações, classificações e ações sociais.

Munanga (2009) e Carneiro (2011) asseveram que o racismo histórico operou um verdadeiro bloqueio e confisco no acúmulo desses capitais para as famílias negras brasileiras, empurrando-as majoritariamente para as classes sociais economicamente desfavorecidas. Na infância, essa escassez material e simbólica dita as condições objetivas do desenvolvimento. As crianças negras e populares incorporam um determinado habitus de classe marcado pela privação de bens culturais valorizados pela classe dominante branca. Bourdieu (2003) demonstra que, ao entrar na escola, esse habitus popular sofre uma severa violência simbólica: a instituição de ensino, sob o manto de uma falsa neutralidade, toma o capital cultural da classe média branca como o padrão universal e "natural" de excelência, penalizando os saberes das crianças negras e populares e convertendo desigualdades estruturais de origem em supostos "déficits" intelectuais ou desinteresse familiar.

Ampliando essa dinâmica sociológica para a contemporaneidade, Setton (2002) introduz o conceito de "socialização plural". Nas sociedades contemporâneas, o processo formativo da criança é marcado pelo hibridismo e pela perda do monopólio da transmissão cultural por parte da família e da escola. As crianças interagem simultaneamente com os discursos da instituição familiar, com o currículo escolar e com o fluxo avassalador das mídias digitais e redes sociais. Segundo Setton (2002), essa pluralidade de agências injeta no habitus infantil referências culturais contraditórias. Contudo, a classe social e a raça funcionam como filtros estruturantes primordiais que

ISSN: 2358-8829

validam ou barram o acesso a essas mensagens, determinando que as mídias frequentemente atuem reforçando os estereótipos racistas hipersexualizados ou subalternizados que bombardeiam a subjetividade da criança negra desde a primeira infância.

3. METODOLOGIA

O percurso metodológico desenhado para a sustentação, fundamentação e validação científica deste estudo está firmemente ancorado nos pressupostos teórico-epistemológicos da abordagem qualitativa de pesquisa. Conforme aponta pedagogicamente Minayo (2002), a investigação qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes das relações humanas. Esse nível de realidade corresponde a um espaço mais profundo, histórico e subjetivo das relações sociais que não pode ser adequadamente reduzido à quantificação de dados ou a modelos matemáticos isolados.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos e operacionais, esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e analítico, orientada pela articulação crítica de referenciais teóricos. De acordo com os ensinamentos metodológicos de Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida e estruturada a partir de material científico já elaborado por outros pesquisadores, constituído essencialmente de livros científicos, teses, dissertações e artigos de periódicos indexados. Esse método confere ao investigador a capacidade de cobrir uma gama de fenômenos socioeducativos significativamente mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente em campo de forma isolada, propiciando o exame de temas complexos sob novas lentes e cruzamentos epistemológicos.

O corpus da pesquisa foi constituído rigorosamente por produções acadêmicas nacionais das áreas da educação, sociologia e relações étnico-raciais, selecionadas com base em critérios estritos de relevância temática e pertinência ao objeto de estudo, conferindo ênfase a produções recentes (publicadas nos últimos cinco anos). O levantamento foi realizado por meio de buscas em bases de dados como o Portal de Periódicos CAPES e a biblioteca eletrônica SciELO. Foram cruzados descritores booleanos combinados, tais como "infância AND racismo estrutural", "classe social

ISSN: 2358-8829

AND exclusão" e "educação infantil AND capitais escolares". A análise seguiu uma abordagem interpretativa inspirada nos pressupostos da análise de conteúdo, permitindo categorizar os dados e identificar as convergências e contradições presentes nas instâncias de socialização da infância negra.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO: AS DUAS FACES DA EXCLUSÃO INTERSECCIONAL

A análise interpretativa do corpus bibliográfico e documental evidencia com clareza que os processos de exclusão de crianças negras se manifestam de forma articulada, contínua e cumulativa em diferentes esferas sociais. Longe de se configurarem como eventos isolados ou individuais, essas violências ocorrem em simbiose nas dimensões materiais e simbólicas, com especial destaque para as desigualdades crônicas no acesso a recursos básicos, nas interações sociais cotidianas e nas experiências escolares da primeira infância. Nessas instâncias, as práticas institucionais e sociais operam como mecanismos potentes de produção e reprodução de hierarquias sociorraciais rígidas, contribuindo ativamente para a naturalização e manutenção das desigualdades.

No plano das desigualdades materiais e do acesso a recursos institucionais, os dados e relatórios nacionais do IPEA (2023) e do IBGE evidenciam o tamanho do bloqueio sofrido pela infância negra periférica. O monitoramento social do CadÚnico mostra um cenário de exclusão crônica: apenas **30% das crianças de 0 a 3 anos** pertencentes às famílias inseridas no menor quintil de renda estão matriculadas em creches. Ao cruzar esse indicador econômico com o recorte étnico-racial, constata-se que as crianças pretas e pardas sofrem o maior impacto desse déficit, uma vez que as creches públicas qualificadas se concentram historicamente nos bairros centrais ou dotados de melhor infraestrutura, penalizando as periferias e aglomerados urbanos subnormais onde reside a maioria da população negra Agência Brasil.

Na etapa da pré-escola (4 e 5 anos), embora a matrícula seja obrigatória, persiste uma **desvantagem histórica de cerca de 7 pontos percentuais na taxa de frequência de crianças negras** em relação às brancas, revelando como o racismo institucional atua sabotando o direito à estimulação pedagógica precoce dessas crianças Agência Brasil.

ISSN: 2358-8829

Conforme as formulações clássicas de Hasenbalg (2005), o racismo opera no Brasil como um propulsor de desvantagens cumulativas: as barreiras enfrentadas na primeira infância geram atrasos que se somam e se multiplicam nas etapas escolares posteriores, estreitando drasticamente as possibilidades de mobilidade social ascendente para a população negra.

No plano simbólico e das experiências escolares, a articulação entre o racismo ideológico de Munanga (2009) e a violência simbólica de Bourdieu (2003) ganha contornos dramáticos através do funcionamento do currículo oculto da discriminação. As pesquisas etnográficas brasileiras na Educação Infantil, com destaque para Muller (2018), revelam que os corpos das crianças negras são lidos, vigiados e julgados pelas equipes escolares a partir de estereótipos racistas internalizados.

Para compreender a profundidade física desse controle institucionalizado, evoca-se o conceito foucaultiano de "corpos dóceis" (Foucault, 1979). A escola atua como uma tecnologia disciplinar onde os gestos, as posturas e a expressividade infantil são normatizados. O choro ou a agitação de uma criança branca e de classe média é interpretado como sinal legítimo de criatividade, liderança ou cansaço. Contudo, exatamente o mesmo comportamento performado por uma criança negra e pobre é recorrentemente adjetivado de forma violenta como "indisciplina", "agressividade" ou fruto de "falta de limites familiares".

Essa violência atinge o ápice na dimensão da corporeidade e da estética. Nilma Lino Gomes (2017), ao discutir o conceito de Movimento Negro Educador, demonstra que o corpo e o cabelo crespo da criança negra são os principais focos da violência estética e do estranhamento institucional na escola. O cabelo crespo é frequentemente alvo de piadas pejorativas por parte dos pares ou de intervenções disciplinares por parte das educadoras (que sugerem "prender",= ou alisar o cabelo sob o pretexto de higiene ou ordem). Gomes (2017) ressalta que ao desqualificar a estética negra, a escola opera um processo de desumanização simbólica, ensinando à criança negra que sua identidade corpórea é inadequada para os espaços públicos de prestígio.

Sob uma perspectiva macroestrutural crítica, esse processo de exclusão e desvalorização radical dialoga com o conceito de necropolítica de Achille Mbembe

ISSN: 2358-8829

(2018). Para Mbembe (2018), a necropolítica define o poder soberano de ditar quem deve viver e quem deve morrer, criando mundos de "mortos-vivos" através de políticas de subalternização extrema. Na primeira infância, a necropolítica manifesta-se na produção da "morte social, civil e simbólica" da criança negra periférica. Ao subtrair-lhe o afeto, rebaixar suas expectativas intelectuais, privá-la de saneamento básico e rotular seu corpo como perigoso ou indesejável, o Estado e as instituições operam uma tecnologia de exposição à vulnerabilidade que antecipa a exclusão e a violência física que atingirão esses sujeitos na juventude.

Essa engrenagem multifacetada e violenta de subalternização está esquematizada na matriz conceitual a seguir:

Dimensão Social e Escolar	**Mecanismos de Produção da Exclusão (Munanga; Bourdieu; Foucault)**	**Consequências na Subjetividade e Trajetória Infantil (Gomes; Mbembe)**
Acesso a Recursos Básicos	Concentração de creches nas regiões centrais; exposição ao racismo ambiental e à precariedade de saneamento na periferia.	Privação do direito ao desenvolvimento integral; vulnerabilização da saúde e da segurança nutricional; início das desvantagens cumulativas.
Interações Afetivas	Menor oferta de afeto físico (colo, abraço) e elogios verbais direcionados às crianças negras por parte das equipes de cuidado.	Fragilização do autoconceito; internalização precoce do sentimento de rejeição corporal; produção de solidão e isolamento afetivo.
Expectativas Docentes	Profecia autorrealizável; projeção de trajetórias escolares mais curtas e laborais menos	Internalização da incapacidade intelectual; desinvestimento subjetivo e afastamento

	qualificadas para alunos pobres e negros.	progressivo do campo escolarização formal.
Cultura Material e Estética	Predomínio de bonecas e personagens brancos; estigmatização e policiamento do cabelo crespo e dos traços fenotípicos negros.	Invisibilização da identidade; sofrimento narcísico severo; adoção da branquitude como o único ideal de beleza e humanidade legítima.

Os resultados evidenciam que a escassez crônica de brinquedos e materiais pedagógicos que valorizem a história, a cultura e a estética negra impede que a criança construa uma autoimagem positiva. A branquitude é apresentada sutilmente como o padrão universal de beleza, inteligência e civilidade, forçando a criança negra a vivenciar um processo doloroso de rejeição de seus próprios traços fenotípicos. As expectativas docentes rebaixadas funcionam como uma engrenagem que antecipa o fracasso escolar: ao pressupor que a criança negra e periférica não possui o habitus adequado para o sucesso acadêmico, a instituição reduz a complexidade dos estímulos ofertados, tolera o absenteísmo e negligencia as dificuldades de aprendizagem.

A escola, dessa maneira, ao invés de cumprir sua função social de subversão das opressões históricas, atua muitas vezes como um potente aparelho ideológico que converte desigualdades estruturais de raça e classe em supostas diferenças de mérito pessoal e capacidade individual desde a mais tenra infância.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta abrangente e robustecida investigação de cunho crítico-bibliográfico permitiu compreender que os processos de exclusão na infância não se constituem de forma acidental, biológica ou fragmentada, mas são o produto histórico de uma engrenagem sofisticada que articula materialidade econômica e simbolismo cultural. Longe de ser um território homogêneo de igualdade democrática, a infância configura-se como o espaço central e primordial de incorporação de

ISSN: 2358-8829

disposições corporais e mentais que tendem a perpetuar a pirâmide social através do entrelaçamento contínuo, asfixiante e interseccional entre raça e classe social no Brasil.

Ficou evidente, a partir do diálogo conceitual expandido entre Munanga, Bourdieu, Almeida, Foucault, Gomes, Setton e Mbembe, que a análise articulada entre esses marcadores sociais da diferença é absolutamente fundamental para a compreensão das dinâmicas estruturais que sustentam os processos de exclusão na infância. Desconsiderar a clivagem de classe social ao debater as relações étnico-raciais produz uma pauta abstrata e descolada da realidade material das periferias; em contrapartida, desconsiderar a raça ao debater a desigualdade econômica apaga as violências específicas, corporais, estéticas e subjetivas que moldam e punem os corpos de crianças negras. A família, a escola e as mídias, como primeiras agências de socialização plural, carregam a responsabilidade histórica tanto de legitimar e conservar essas hierarquias necropolíticas quanto de oferecer resistência política e pedagógica a elas.

Conclui-se que a identificação de reais possibilidades de enfrentamento no campo educacional passa pela rejeição definitiva de posturas pedagógicas passivas, omissas ou pretensamente neutras, que ignoram as clivagens raciais e socioeconômicas em nome de uma igualdade abstrata e daltônica. Faz-se imprescindível o desenvolvimento de práticas educativas e sociais radicalmente orientadas pela equidade, pelo reconhecimento das diferenças e pelo enfrentamento direto das desigualdades. A transformação da escola em um verdadeiro espaço de emancipação humana requer a implementação ativa de uma educação genuinamente antirracista, popular e de classe, pautada na Lei 10.639/03, que democratize intencionalmente o acesso aos capitais culturais legítimos, visibilize, saude e proteja a identidade corpórea negra e combata implacavelmente as práticas discriminatórias arraigadas no cotidiano. Somente ao romper com as bases estruturais que sustentam essas hierarquias desde a infância será possível vislumbrar a construção de uma sociedade verdadeiramente justa, igualitária, solidária, democrática e emancipada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ISSN: 2358-8829

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. 5. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MULLER, Fernanda. A infância e a raça na sociologia da infância brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 143, p. 385-402, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 60-70, 2002.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Desigualdades na infância e na adolescência no Brasil**: Indicadores de monitoramento social. Brasília: UNICEF, 2022.

ISSN: 2358-8829